



**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Eu estou requerendo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A reunião de hoje tem por objetivo a realização de uma audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 25, de 2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, aprovado no dia 2 de junho de 2011, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, agora Ministra-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, com a finalidade de instruir a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011, que estabelece medidas de proteção à mulher e garantias de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho, no âmbito rural e também urbano.

A autoria desse projeto é do Senador Inácio Arruda, do PCdoB do Ceará.

Para a audiência de hoje estão convidados a Srª Rosane da Silva, Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Maria Auxiliadora dos Santos, Secretária Nacional da Mulher da Força Sindical; Ilma Maria de Oliveira, Diretora Executiva da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; e ainda Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores. Também estão convidados José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores; Sônia Maria Zerino da Silva, Diretora para Assuntos da Mulher e da Juventude; Jussara Silva Lopes, 1ª Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB.

Os convidados estão chegando e aproveitaria a oportunidade, Senador Blairo Maggi, de renovar o convite aos nossos telespectadores, aos Senadores e, sobretudo, aos produtores rurais brasileiros para acompanharem amanhã, a partir das 14 horas, no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, no Rio Grande do Sul, onde se realiza a Expointer, mais uma audiência pública para analisar o Código Florestal.

Confirmaram a presença, para alegria especialmente minha, porque requeri esta audiência pública lá na Expointer, o Senador Luiz Henrique da Silveira, que é o Relator da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Ciência e Tecnologia e desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Código Florestal brasileiro, bem como o Senador Jorge Viana, que é o Relator na Comissão de Meio Ambiente, junto com o nosso Presidente, Acir Gurgacz, que já viajou para o Rio Grande do Sul, junto com a assessoria desta Comissão, para organizar inclusive essa transmissão que será feita a partir do Canal Rural, linha direta com a TV Senado, numa parceria que viabiliza, em várias regiões do País, as transmissões ao vivo de importantes debates sobre esse tema, como



aconteceu recentemente, comandado pelo Presidente Acir Gurgacz, na Assembleia Legislativa do Paraná. Posteriormente, haverá uma em Santa Catarina, em Chapecó, no dia 16 de setembro.

Desta forma, pretendemos, Senador Blairo Maggi, concluir até o mês de novembro o trabalho desafiador de compatibilizar o interesse dos agricultores brasileiros com a produção de uma agricultura sustentável e cada vez mais produtiva.

Concedo a palavra, com prazer, ao Senador Blairo Maggi.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) – Cumprimento a nossa Presidente Senadora Ana Amélia, os demais Senadores e Senadoras e também os nossos telespectadores, que levantam cedo para ver aqui a Comissão de Agricultura.

Eu gostaria, Senadora, de fazer aqui um registro sobre o relatório do nosso querido Senador Luiz Henrique na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que foi lido ontem e que tem votação prevista para o dia 14, se não me engano.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Após a semana de feriado.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) – Após a semana de feriado. E no dia 13 nós teremos ainda um debate também. Vai ocorrer um debate aqui com juristas.

O que o Senador Luiz Henrique desenvolveu nesse relatório, conversando com todos nós, durante todo esse período de maturação, vamos chamar assim, do Código Florestal é exatamente buscarmos retirar do dia a dia das nossas vidas, da agricultura e da pecuária, Senador Jayme, que acaba de chegar, que possamos tirar das nossas vidas, da vida de cada pecuarista, de cada agricultor, independentemente do tamanho que ele tem – se é mini, se é pequeno, se é agricultura familiar, se é agricultura empresarial, o que for... Se formos seguir a regra da lei ambiental, no pé da lei, nós deveríamos fazer isso. Nós temos uma grande dificuldade de fazer com que isso aconteça.

E sempre os pequenos agricultores, os agricultores familiares, os assentamentos, pelo menos no Estado do Mato Grosso, nós temos visto o quanto eles têm sofrido com essa questão ambiental, o quanto eles ficam longe da possibilidade de ter créditos oficiais, que são do Pronaf, que pedem seguro e outras coisas, porque eles não têm a regularidade ambiental. Eles não têm porque o Governo Federal e também o Governo do Estado do Mato Grosso – aí vamos mudar para o Ministério do Meio Ambiente e as secretarias estaduais do meio ambiente –, não conseguem se entender.

As leis são tantas, são tão confusas que não resta outra coisa a não ser o Ministério Público entrar no meio: se for assentamento estadual, é o Ministério Público Estadual; se for federal, será o Ministério Público Federal. E aí entramos numa confusão que não tem tamanho.



Então, o que o Senador Luiz Henrique apresentou no dia de ontem – eu quero aqui saudar esse relatório, que ainda vamos lê-lo com toda tranquilidade –, acho que o Senador foi preciso quando procura retirar toda a possibilidade de dupla interpretação dentro do nosso Código Florestal, dando, assim, tranquilidade, dando condições para que os produtores agrícolas, os pecuaristas, todos aqueles que vivem, trabalham no campo e fazem por este País o que é necessário, o que é importante, que é gerar alimentos, gerar divisas, gerar riquezas e fazer com que todos possam ganhar nesse processo.

Senadora, também não poderia deixar de fazer um registro. Eu passei uma semana, agora, na Argentina, onde fui participar de um congresso promovido pela empresa FMC, que faz o Clube da Fibra. Esse Clube já existe há 17 anos, onde se reúnem os produtores de algodão de todo o Brasil, por meio de suas associações ou individualmente. Durante dois, três dias, eles dão palestras importantes sobre negócios, sobre produtos que estão chegando ao mercado, qual a tendência que temos. Nesse encontro, estavam presentes mais de 400 produtores agrícolas do Brasil.

E, por incrível que pareça, está mais barato fazer um congresso desse na Argentina, Senador Jayme, do que aqui, no Brasil, mesmo pagando a passagem. São duas horas e pouco de voo de onde moro. Então, é mais barato fazer lá do que aqui.

Depois, aproveitei para andar um pouco...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dar uma olhada na lei ambiental argentina.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) – É, na lei ambiental, ver o que os nossos *hermanos* estão fazendo lá. Olha, eu quero dizer a todos aqueles que nos assistem agora que fiquei extremamente preocupado não com eles...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com o Brasil.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) – ...porque eles estão indo muito bem. Fiquei preocupado com a nossa agricultura, porque temos uma agricultura altamente tecnificada, coisa que eles não têm. Não é por aí que eles estão ganhando. Eu tenho certeza de que, se trouxermos um produtor argentino para o Brasil e largá-lo no cerrado do Mato Grosso, lá em Sapezal, lá em Rondonópolis, em qualquer lugar...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Onde não tenha pampa.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) – ...ele não vai saber produzir. Perguntei a um engenheiro que trabalha conosco lá, Senador Jayme, onde ele buscava calcário. Ele falou: “o que é isso?” Eles não sabem, eles não precisam, nunca precisaram.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não precisam. Áreas muito férteis.



**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) – A Argentina, agora, está com um programa para fazer um incremento na agricultura. Eles já estão prevendo colher 70 milhões de toneladas de soja, que é o mesmo volume que colhemos hoje. Se olharmos na história, ao longo dos últimos anos, vamos ver que paramos de aumentar área, paramos de crescer na produção. Então, é quase que natural que, entre cinco e 10 anos, a Argentina seja maior produtora de grãos do que o Brasil é hoje, se nós não acordarmos. E onde nós temos que acordar? Não estou querendo aqui trazer à discussão que não devamos ter reserva legal de 20% ou coisa parecida, pelo menos onde ainda existe a possibilidade de fazer isso, mas o grande problema, hoje, é que o que é permitido por lei quase não é permitido pelos órgãos que são os licenciadores. Há uma dificuldade muito grande, há uma demora muito grande e, simplesmente, um projeto para a abertura de uma nova área é quase impossível, hoje, você fazê-lo.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – No Brasil?

**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) – No Brasil.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Lá?

**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) – Lá, não existe. Na Argentina, não tem reserva legal. Se você tem um campo de 100 hectares, você planta em 100 hectares. Até, como a gente fala no Mato Grosso, até debaixo do marco, não é? Até debaixo do marco você planta. Aqui, não. No Brasil, se você tem 100 hectares, você tem de deixar 20 de reserva no Rio Grande do Sul; 35 de reserva no Mato Grosso; e 80% na Amazônia.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E 80% na Amazônia.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) – Quer dizer, então, nós estamos perdendo a...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A competitividade.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) – ... a competitividade em volume, que nós temos, e quem manda no mercado é quem produz mais.

Então, eu queria deixar, aqui, esse alerta à Comissão de Agricultura, para que, agora, na discussão do Código Florestal, nós possamos avançar um pouco, principalmente, Senadora, com respeito ao Rio Grande do Sul, que tem uma área muito grande, muito parecida com a que têm a Argentina e o Uruguai. Só o rio Uruguai e só o rio Paraná fazem divisa com os dois países e, portanto, nós teríamos de ter o mesmo tratamento que tem na Argentina e que tem no Uruguai, no Brasil, nas mesmas áreas da mesma vegetação, do mesmo bioma.

Então, acho que a população urbana não compreende muito bem essa questão. Ela é conduzida...



**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT. *Intervenção fora do microfone.*) – Induzida.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) – .. ou induzida, melhor dizendo – aqui, me corrige o Senador Jayme –, induzida por campanhas, pelas ONGs que defendem a questão do meio ambiente. Não sou contra elas defenderem o meio ambiente, só que criam um pavor, criam um problema, como se o Brasil não tivesse mais florestas. O Brasil é o País que mais florestas tem, hoje, preservadas.

Então, nós precisamos achar o meio termo e conduzir isso, e vamos fazê-lo.

Esta Comissão de Agricultura e a Comissão de Meio Ambiente vêm fazendo um grande trabalho, ouvindo bastante gente. Nesta semana ainda, ouvimos as pessoas que estão ligadas na área rural e na área urbana também, porque é importante que todos possam ter uma participação nesse evento.

Então, eu queria deixar, aqui, registrada a minha preocupação com o que o Brasil pode enfrentar no futuro por ser um grande *player*, ser um grande produtor agrícola. Pode ser que a gente venha a perder isso na soja, venha a perder no milho, no trigo nós já ficamos para trás, e assim por diante.

Então, eu queria deixar registrada, aqui na Comissão, essa minha preocupação.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Blairo Maggi, isso ressalta a importância não só do tema, mas, como bem disse V. Exª, que daqui a cinco anos o Brasil pode perder a liderança da produção agropecuária para a Argentina, que tem uma área muito menor que a brasileira.

Além disso, sob o ponto de vista da relação dentro do Mercosul, essa situação levantada por V. Exª aumenta a assimetria entre o produtor rural brasileiro e o argentino.

Não existem harmonizações de políticas na área ambiental, na área cambial, na área financeira, na área tributária, trabalhista, em todos os setores. Então, isso apenas agrava uma concorrência desleal em relação...

**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) – Senadora, só para colaborar com o debate. Por exemplo, aqui no Brasil, nós temos, por costume, que cada uma das fazendas, dos estabelecimentos agrícolas tenha as suas casas, pessoas que morem lá, que vivam lá. Portanto, tem uma estrutura – cantinas, alojamentos – para o pessoal ficar.

Na Argentina, não tem nada disso. A lei trabalhista permite que um contratista, uma pessoa que faz seu serviço... Por exemplo, ele é contratado para plantar. Ele leva um *trailer* para a beira da lavoura e fica um mês, dois meses plantando. Terminou, ele levanta e vai embora.

As fazendas, na Argentina, não têm uma casa. Não têm absolutamente nada. Não têm uma pessoa que tome conta da porteira. O resto



não existe, quer dizer, então, é muito diferente o que eles têm lá. Obviamente, os custos deles são infinitamente menores que os nossos.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Amplia a questão da assimetria. Eu agradeço V. Exª, é exatamente isso.

Então, quando você compara o custo de produção, tem de agregar essas diferenças em relação ao produtor brasileiro de trigo, de soja, de milho, de arroz, e ao produtor que é o nosso concorrente.

Aí, entra o arroz argentino, entra o trigo argentino para o mercado brasileiro, exatamente criando... Pior, entram na hora da comercialização da safra.

Com alegria, concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Presidenta Ana Amélia.

Srs. Senadores Blairo Maggi, Cyro Miranda e demais Pares, eu quero apenas me associar às palavras do Senador Blairo, que deu um panorama da Argentina, de como se produz, qual o tratamento que é dado aos nossos agricultores.

Entretanto, o Blairo foi muito feliz quando fez uma observação de que estão induzindo a sociedade, sobretudo nos grandes centros, aqueles que moram na Avenida Paulista, na Vieira Souto, etc, etc. Dão a entender que querem criar um dogma.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É verdade, é verdade.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Criaram um dogma contra aqueles que produzem no Brasil.

Na verdade, o que tem assegurado a nossa balança comercial, nos últimos tempos, são as *commodities* produzidas nos campos brasileiros.

Agora, o que me chama mais a atenção, Senador Blairo e Srª Presidente, é que, além de, naturalmente, nós estarmos com esse problema grave, sério, que é essa insegurança jurídica – que imagino e espero que, através do novo Código Florestal, nós deixaremos de ter, principalmente quando se diz Mato Grosso, que eu conheço muito bem –, há as ampliações das áreas de reservas indígenas, como também dos parques.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Os quilombolas. Tem, ainda, quilombolas no Sul.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Os quilombolas.

Isso, eu tenho certeza, vai trazer sérios problemas.

Em Mato Grosso, eu imagino, Blairo, que hoje nós temos algo parecido, em nosso território, com 20 ou 20 e tantos por cento em relação a parques, reservas indígenas, etc, etc.



Ora, vai chegar um determinado momento em que praticamente vai inviabilizar, sobretudo quando você vê essa política em relação aos pequenos, que, hoje, vivem essa insegurança, principalmente nos assentamentos. Vai chegar um momento em que vai inviabilizar o próprio Estado.

Em que pese nós termos, hoje, uma área suficiente para produzirmos, nós precisamos de linhas de crédito, instrumentos e ferramentas para recuperarmos as nossas áreas degradadas.

Agora, na verdade, nossos custos são bem maiores em relação aos da Argentina, não só quanto ao transporte da nossa produção para os portos, como também quanto aos custos trabalhistas.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Logística trabalhista.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Lá, o cidadão vai, planta por 30 dias e fica um cidadão para abrir a porteira e fechá-la. Conosco é diferente. Cada propriedade nossa tem, no mínimo, 30, 40, 50 habitações para manter o cidadão na área. Caso contrário, quando entra a fase da colheita, não se acha nem gente para colher. Nós temos de ter, lá, operador, todo mundo dentro das propriedades.

Agora, espero que com esse Código nós saneemos esse problema da questão ambiental e que, sobretudo, o Governo busque novas ferramentas e instrumentos para nos incentivar, tratando de fato, como bem se disse aqui, numa certa feita, o produtor brasileiro como os produtores de outros países, sobretudo da Europa e da própria América. Isso é bem diferenciado no Brasil e é de se lamentar.

O Brasil é competitivo, sim. A nossa agricultura é uma das mais tecnológicas do mundo, hoje. O produtor brasileiro é competente, não podemos desconhecer isso em hipótese alguma.

Se você sair daqui e for plantar na Argentina, será mamão com açúcar, não é? A terra é bem melhor, os insumos...

**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT. *Intervenção fora do microfone.*) – Mamão com sorvete.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Mamão com sorvete. Aqui é diferente. Lá, o argentino não sabe nem o que é calcário. Nós transportamos calcário, aqui, por 600, 700, 800 quilômetros.

Há, realmente, um descompasso enorme.

Entretanto, eu acho que tem de ser visto de outra forma, que temos de buscar políticas públicas condizentes com a nossa realidade e, certamente, eu imagino que nós poderemos melhorar sobremaneira esse tratamento quando o Governo tiver a visão de que quem contribui não só com a geração de emprego e renda, mas com a balança comercial é quem está no campo, produzindo.



Então, essa é a minha contribuição e espero que nós possamos, nesta Comissão, também achar caminhos para que a agricultura brasileira seja um orgulho para toda a nossa sociedade e não um inimigo de muitos que acham que o produtor, o pecuarista é devastador, não tem compromisso com o meio ambiente, não tem compromisso com as futuras gerações.

Temos, sim. Temos, sim. Acabamos de citar os números, aqui, e, realmente, são números enormes, acima do que poderiam ter sido.

Na Amazônia, por exemplo, hoje, são 80%. Ninguém investe mais, hoje, na Amazônia. Vai comprar terra lá para quê? Você tem de comprar 10 mil hectares para poder mexer em 20% e olhe lá. Tem dificuldade, hoje, para licenciamento, etc.

Agora, como vamos continuar com esse Brasil? V. Ex<sup>a</sup> viu, hoje, os dados nos jornais: o Brasil aumentou a sua população, pelas primeiras informações do IBGE, que cresceu para 192 milhões.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Tem de produzir comida para toda essa gente, Senador.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Tem de ter comida para todo mundo.

Essa foi a minha participação.

Muito obrigado, Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Jayme Campos.

De fato, essas questões têm de ser tocadas com muita prudência, para se evitar que o Brasil, que, hoje, é um dos celeiros do mundo, seja superado por países de dentro do Mercosul, pelas facilidades do ambiente mais propício a quem quer produzir.

Não tenho dúvida de que também os argentinos, mesmo que não tenham legislação ambiental, têm cuidado com a preservação do ambiente, eles que têm o privilégio de ter um solo extremamente fértil, especialmente na região do pampa argentino, como chamam lá.

Agradeço a colaboração dos senhores.

Acho que, também, a gente precisa observar que o Governo deveria ter uma regulamentação de que só poderiam emitir laudos sobre as questões de desmatamento, laudos para acompanhar, os órgãos oficiais.

Ontem, um jornal publicou o laudo de uma organização não governamental internacional, falando exatamente sobre desmatamento no seu Estado e também do Senador Blairo Maggi, o Mato Grosso, mas eu penso que a autoridade competente é da área oficial – o Estado, a União ou o Município – e não um organismo internacional que venha a fazer um trabalho, que tem de ter credibilidade e tem de ter, também, o respaldo oficial e legal para fazer isso.

Essa é a prova clara de como há um descontrole sobre isso e de como todo mundo chega e vem dar a sua opinião, o seu pitaco, como dizem os





jovens, em relação a uma questão que diz respeito apenas ao interesse dos brasileiros.

Senador Blairo Maggi.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) – Só para fazer... Eu não li os números, Senadora, mas tenho certeza do que acontece.

O Mato Grosso, na década de 1990 e no início dos anos 2000, de fato, teve um crescimento expressivo na ocupação do cerrado, mas do cerrado. Os números nossos de ocupação eram de 1,1 milhão de hectares por ano. Depois de 2004 para cá, os agricultores decidiram que não mais iriam abrir áreas para fazer plantio, por isso nós não crescemos mais na área.

Então, o desmatamento de Mato Grosso, que era de 1,1 milhão de hectares, caiu, em 2009 e 2010, para algo como 30 mil hectares – de 1,1 milhão para 30 mil hectares.

É claro que agora, se há uma pequena retomada e você sai de 30 mil para 60, para 100 mil, dobrou, triplicou, quadruplicou, mas ninguém quer olhar o que era na década passada...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Um milhão!

**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) – Um milhão e cem mil contra cem mil!

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É a forma simples de se manipularem os dados.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) – É, os números são... Eu gosto de números por causa disso, porque do jeito que você colocar você os vende, não é?

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Exatamente. É o copo meio cheio ou meio vazio. Exatamente.

Agradeço o esclarecimento.

Então, vamos, agora, ao objetivo desta reunião de hoje, que é realizar esta audiência pública.

Há um requerimento, de nº 25, deste ano, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que tem a finalidade de instruir a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011, que estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e também urbano. A autoria desse projeto é do Senador Inácio Arruda.

Eu queria convidar, então, para compor a mesa, a Srª Maria Auxiliadora dos Santos, Secretária Nacional da Mulher da Força Sindical; a Srª Ailma Maria de Oliveira, Diretora Executiva da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; a Srª Sônia Maria Zerino Silva, Diretora para Assuntos da Mulher e da Juventude; e a Srª Jussara Silva Lopes, Primeira Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.



Para que a gente tenha, digamos, uma sequência dos trabalhos, eu proponho que cada uma das convidadas, por 10 minutos, faça sua exposição a respeito do tema. Aí, teremos condição mais tranquila para fazer um debate com os Senadores, as Senadoras e os participantes desta audiência pública.

Eu convido a Sr<sup>a</sup> Maria Auxiliadora dos Santos, que é Secretária Nacional da Mulher da Força Sindical, para fazer a sua apresentação por 10 minutos.

**A SR<sup>a</sup> MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS** – Bom-dia à nossa Senadora, mulher também, e aos Senadores aqui presentes.

Nós, mulheres das centrais sindicais, estamos nessa luta porque sabemos que o Brasil é um País discriminador e nós, mulheres trabalhadoras, passamos por isso diariamente no local de trabalho, com a questão da discriminação.

As trabalhadoras, na maioria das vezes, têm a qualificação profissional, e quando você chega aos locais trabalho o homem ganha mais do que a mulher. Então, esse projeto é de fundamental importância para todas as mulheres trabalhadoras deste País, e estamos trabalhando para que ele proteja as trabalhadoras nos locais de trabalho. Em todas as centrais, estamos discutindo isso desde o ano passado, trabalhando esse projeto. Pedimos a compreensão dos Senadores para que seja aprovado esse projeto, que vai ajudar bastante as trabalhadoras.

Quero agradecer esta audiência pública, que foi pedida pelas centrais sindicais. E estamos aqui para a discussão desse projeto.

Obrigada.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu agradeço muito a Maria Auxiliadora, que falou com bastante concisão, permitindo mais debate.

Convido agora a Ilma Maria de Oliveira, que é Diretora-Executiva da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB.

**A SR<sup>a</sup> ILMA MARIA DE OLIVEIRA** – Meu cordial bom-dia a todas e a todos. Quero cumprimentar aqui a Senadora Ana Amélia, todas as Centrais Sindicais presentes, Senadores, homens e mulheres. Nós acreditamos nesta Casa, no empenho desta Comissão não só no exercício de debates, mas na implementação da execução das políticas públicas necessárias para avançar o projeto que nós defendemos para esta Nação, um projeto de desenvolvimento que tenha como princípio a valorização da classe trabalhadora.

Nós temos um momento rico no nosso País. Pela primeira vez, nós temos uma mulher Presidenta da República. Mas nós percebemos que a história do nosso País ainda é uma história de grande discriminação e preconceito contra as mulheres. Então, de fato, esse projeto de lei traz para nós grandes perspectivas.



Eu gostaria de apresentar aqui alguns itens para podermos fazer a defesa e para que tenhamos alguns elementos que façam com que os Senadores e esta Casa aprovem o mais rápido possível este projeto.

Para enfrentar as desigualdades de gênero existentes em nosso País, muitas são as áreas da vida social que devem ser objeto de intervenção estatal. Apesar de alguns avanços nos anos recentes, o Estado brasileiro ainda não incorporou, contundentemente, em sua agenda, o enfrentamento da desigualdade entre homens e mulheres, um componente estruturante de nossas desigualdades sociais.

Por se tratar de um campo de disputas culturais, ideológicas e políticas, muitas vezes, pequenas conquistas são comemoradas como grandes avanços. Adicionalmente, as barreiras culturais ainda presentes na sociedade brasileira se impõem a uma atuação efetiva do Governo neste campo, fazendo que ocorra um embate na própria esfera governamental.

As políticas para as mulheres e as políticas para a igualdade de gênero executadas pelo Governo Federal nos últimos anos, que abrangem diferentes temas, recentemente foram organizadas na forma do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, cuja execução é coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Embora tenhamos aí já a execução deste plano, o PL vem para corroborar e fazer com que as nossas empresas, os nossos Estados e Municípios possam, de fato, se adequar a essa política nacional que nós estamos tratando. Não basta pensarmos no orçamento do Governo Federal, mas também é necessário que se faça uma discussão da importância da igualdade de gênero e dessas políticas para as mulheres.

Apesar de ser um orçamento muito tímido do Orçamento Geral da União, em comparação com as demais áreas do Governo Federal, é possível observar um constante crescimento nos montantes alocados e liquidados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres ao longo dos últimos anos.

Em 2008 o total geral executado foi de 55,9 milhões. Desses montantes, fazemos um destaque para a alocação da política de formação para as mulheres. Por meio de parcerias, isso poderia ser desenvolvido.

Nós temos aqui uma discussão essencial que é do Ministério do Trabalho. E aí o PL da Igualdade de Gênero vem trazer para nós esse destaque. Embora tenhamos um número grandioso de mulheres – em determinados Estados, nós temos mais mulheres que homens, como já demonstrado pelo IBGE –, lamentavelmente, no mercado de trabalho, ainda nós temos um número muito menor de mulheres ingressas no mercado de trabalho. E o que é mais grave: as mulheres negras são deixadas de fora do mercado de trabalho, sofrem inúmeros preconceitos, além do gênero e da cor.

O mundo do trabalho é um campo de importância crucial para o enfrentamento das desigualdades de gênero e para a promoção da autonomia



das mulheres. É hoje um dos espaços em que a discriminação de gêneros se torna mais evidente e que constitui uma área de grande importância para a vida dos indivíduos, tanto por proporcionar o acesso aos bens materiais como por todos os seus componentes menos tangíveis, ligados à construção da identidade e da realização pessoal.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio mostram que as mulheres participam muito menos no mercado de trabalho que os homens – 57,6% contra 80,5% – e apresentam taxas de desemprego muito mais elevadas. Enquanto 9,6% delas estavam desempregadas, 5,2% dos trabalhadores do sexo masculino estavam nessa situação. Além disso, as mulheres ainda ganham muito menos que os homens. Mesmo sendo mais escolarizadas, na média, recebiam pelo trabalho 65,5% do que recebiam os homens.

Dados recentes do Ipea também reconhecem e apresentam que em nenhuma das seis regiões do País pesquisadas a participação feminina alcança sequer 50% da massa salarial. E muito mais ainda para as mulheres de cor negra.

Por esses e outras razões – discriminação, menos oportunidade de ascensão, assédio moral e sexual, falta de autonomia econômica, levando a situações de submissão à violência doméstica e sobrecarga devido à dupla jornada –, os temas do trabalho e da autonomia econômica encontram-se há muitas décadas na pauta dos movimentos feministas e de mulheres.

Trata-se, adicionalmente, de um tema de difícil atuação por parte dos governos, além dos limites inerentes à própria configuração das atuais políticas públicas de trabalho e emprego.

Nós necessitamos, de fato, ter o PL da Igualdade de Gênero sendo amplamente debatido nesta Casa e necessitamos urgentemente que seja apreciado pelo Senado e votado o mais rápido possível. Há uma urgência inclusive para que tenhamos a discussão, com o Ministério do Trabalho, do enfrentamento de políticas de formação voltadas não só para as mulheres, mas para que homens e mulheres possam juntos buscar esse projeto de desenvolvimento de nação que defendemos para o Brasil.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada a Ilma Maria de Oliveira, Diretora-Executiva da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, pela exposição.

Passo a palavra agora a Sônia Maria Zerino da Silva. A Sônia é Diretora Para Assuntos da Mulher e da Juventude do Movimento NCST.

**A SRª SÔNIA MARIA ZERINO DA SILVA** – Bom dia a todos e a todas. O meu nome é Sônia. Como já foi anunciado, eu sou Diretora Para Assuntos do Trabalho da Mulher da Nova Central Sindical de Trabalhadores.



Eu quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia. Quero cumprimentar todos os Senadores presentes, os senhores e as senhoras e as companheiras das Centrais Sindicais.

Quero dizer que o País passa por um momento em que estamos sendo presididos por uma mulher. É uma quebra de paradigma, uma mulher que veio de tantos movimentos partidários, uma mulher dinâmica. E nós mulheres trabalhadoras aqui temos um pleito também.

Agradecemos à Comissão de Agricultura pela aprovação do requerimento da Senadora Gleisi Hoffmann, agora, na Casa Civil, na questão do PL da igualdade do trabalho. Nós, mulheres das centrais sindicais, fizemos, no mês de maio, o seminário “Mulheres unidas pela igualdade”, em que pleiteamos a igualdade. Somos 51% da população deste País, quase a metade da população economicamente ativa deste País, e ainda sofremos discriminações nos locais de trabalho. Temos maior escolaridade que os companheiros homens e temos salário inferior aos companheiros homens, sem falar nas mulheres negras. As mulheres negras ainda têm salário inferior aos nossos, os das mulheres brancas. Sofremos assédio moral, sofremos assédio sexual. Há um número muito alto do absenteísmo dentro do trabalho, tendo em vista a questão da violência. Vemos que, muitas vezes, a violência não é denunciada por vergonha ou, então, muitas vezes, pela cultura. Muitas vezes, as mulheres ficam com vergonha de ser uma mulher separada e de não ter um marido, sendo discriminada pela sociedade. Então, temos também esse enfrentamento da violência: a violência nas relações de trabalho e a violência doméstica.

Ainda por maior que seja o número de mulheres neste País, estamos timidamente representadas também nos espaços do poder, a título de aqui, nas duas Casas, estarmos timidamente representadas nos 513 Deputados e estarmos também timidamente representadas nos 81 Senadores. Parabéns à Senadora Ana Amélia, por ser esta mulher aqui que levanta a bandeira da questão de gênero.

Parabenizamos o PL do Senador Arruda, que estabelece medidas de proteção à mulher e de garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho nos dois âmbitos, no âmbito urbano e no âmbito rural, porque também temos de pensar na questão das trabalhadoras rurais. Conquistar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres na agricultura não só é justo, mas também é crucial para o desenvolvimento agrícola e para a segurança alimentar. Então, as mulheres rurais também estão organizadas e temos de ter esse olhar também sobre a questão das mulheres rurais.

O relatório da FAO destaca desigualdade de gênero na produção agrícola também. Ele diz que, de acordo com os dados, as mulheres, apesar de representarem aproximadamente 43% da força de trabalho agrícola nos países em desenvolvimento, produzem menos que os homens, não por falta de



capacidade, mas pela dificuldade de acesso à informação e a produtos agrícolas.

As mulheres na agricultura sinalizam a diferença de gênero e revelam que as mulheres podem contribuir significativamente para diminuição da fome no mundo, caso tenham mais acesso à terra, às tecnologias, aos serviços financeiros e à educação, porque ainda é evidente a desigualdade entre homens e mulheres no ambiente agrícola. Do mesmo jeito que há desigualdade de gênero no ambiente de trabalho do setor urbano, há também a desigualdade do setor rural.

Em relação ao PL, discutimos isso num GT com as centrais sindicais, num grupo tripartite. Aí, não chegamos ainda àquele PL ideal. No PL ideal, queríamos incluir a Cipi - Comissão Interna de Proteção à Igualdade e o Cerad, em que as empresas que não aplicassem a proteção da igualdade seriam punidas. Nesse projeto aqui, não estão contemplados o Cipi e o Cerad, que seria o Cadastro de Empregadores Responsáveis por Atos Discriminatórios. Então, pleiteamos – eu não sei se é questão de emendas nas comissões ou emenda de relatores – que sejam incluídos o Cipi e o Cerad, para que tenhamos um projeto mais consistente, para que possamos fazer uma comissão dentro das empresas, para que possamos ver se o projeto que for aprovado vai ser efetivado dentro das empresas.

Eu queria agradecer a oportunidade de as centrais sindicais estarem nesse espaço e contarem com a sensibilidade dos Srs. Senadores para que o projeto tramite nas outras comissões e para que sejamos coroados com o projeto aprovado, para que haja igualdade entre homens e mulheres trabalhadoras.

A OIT, no ano passado, publicou um dado que é bem significativo. Ele fala que as mulheres trabalhadoras trabalham, em média, 20,9 horas nos afazeres domésticos - isso é a jornada dupla – e os homens, 9,2 horas nos afazeres domésticos. Então, também tramita na outra Casa a ratificação da Convenção 156 que fala de tarefas compartilhadas. É bom que os companheiros homens nos ajudem nas tarefas do lar, para que possamos também desenvolver as nossas tarefas nas empresas, nas fábricas, de forma mais saudável, sem termos a dupla jornada, com tantas horas que a OIT aponta que trabalhamos. São 20,9 horas por semana nas atividades domésticas. Tem gente que trabalha muito mais.

Então, eu queria agradecer a oportunidade e contar com a sensibilidade de todos os Senadores, para que o projeto caminhe para uma aprovação para que haja igualdade entre homens e mulheres trabalhadoras. Que tenhamos um país mais democrático e mais igualitário, onde homens e mulheres tenham melhor qualidade de vida.

Muito obrigada.



**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) – Muito obrigada, Sônia, pela sua exposição. Sônia Maria Zerino Silva, Diretora para Assuntos da Mulher e da Juventude, da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Agora, para exposição, Jussara Silva Lopes, primeira Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.

**A SRª JUSSARA SILVA LOPES** – Bom-dia, Senadora. Bom-dia a todas as companheiras aqui representadas pelas centrais sindicais e movimento sindical, aos Senadores e a todos os presentes. Um bom-dia.

Trago um abraço da nossa companheira que vem acompanhando esse trabalho que está sendo desenvolvido, a Aparecida, que, por motivo de saúde, não pôde comparecer, como também o nosso Presidente Ubiraci, juntamente com a Secretaria de Relações Internacionais da CGTB.

Eu estou aqui e, para mim, é um prazer. Recentemente, fui eleita pela CGTB, fazendo parte da 1ª Secretaria. Para mim, é lisonjeiro estar aqui presente, lutando e defendendo a classe das mulheres.

Eu pergunto aos Senadores e a todos os demais homens aqui presentes: algum de vocês veio se não foi de uma mulher? Todos vieram de uma mulher. Então, é fundamental que exista, sim, essa sensibilidade por parte de vocês. Olhem para nós de uma forma diferente. Para os homens existirem aqui, no mundo, eles vieram de uma grande mulher.

Estamos nessa luta e, sim, é preciso buscar mais. Apesar de termos conseguido um pouquinho de resultado, falta muito mais. Existe ainda a desigualdade; existe a dupla jornada de trabalho, sim, para nós, mulheres, em que trabalhamos fora e em casa. Conforme a companheira falou aqui, acredito que trabalhamos muito mais que 24 horas, porque sempre estamos trabalhando, sempre estamos nos movimentando. Então, é preciso que haja essa sensibilidade por parte dos Senadores, para que façam existir essa lei. É importante e crucial para nós esse projeto que está em tramitação para ser votado por vocês.

Essa é a nossa aclamação, a aclamação das mulheres baianas. Eu também não me apresentei. Sou baiana, com muita honra. Queremos levar isso para a nossa Bahia e dizer que estamos na luta e estamos engajados, na busca da igualdade, da oportunidade. Bahia é um polo de discriminação, principalmente para nós, mulheres negras. Na universidade, existe uma cota pequena; no mercado de trabalho, existe uma cota pequena. É preciso dar um basta em tudo isso, não só à discriminação racial, mas à violência que existe dentro do nosso setor de trabalho: o assédio moral, o assédio sexual. Hoje, é mais difícil para detectar e buscar o apoio para o assédio sexual, dentre outros.

Então, é preciso nos mobilizar para que tenhamos, de fato, os nossos direitos, assim como, demoramos, mas conseguimos a lei da cartilha, a Lei Maria da Penha, que, hoje, está aqui, graças ao nosso ex-Presidente, agora, é uma mulher, conforme as nossas companheiras aqui citaram sobre a



importância de termos mulher para liderar o nosso País. Isso, para nós, é um grande avanço chegarmos à Presidência. E é preciso, também, que as mulheres, nós, do movimento sindical, levemos para as nossas bases, para que as mulheres busquem mais oportunidade dentro da política, não só da política do movimento sindical, mas da política partidária, para que existam mais mulheres no Senado, na Câmara dos Deputados, nas Câmaras Municipais, enfim, que as mulheres busquem cada vez mais tomar espaço, homens, perdoe, não é que queiramos tomar o espaço de vocês, deixando-os de lado. Ao lado de um grande homem existe o quê? Uma grande mulher.

Então, nós, da CGTB, agradecemos esta oportunidade e queremos dizer que estamos engajadas sim nessa luta defendendo essa tese da igualdade e oportunidade para as mulheres. Pegando um gancho da nossa companheira Cira, da Central, é importante, sim, se vocês olharem isso com um pouco mais de sensibilidade esta Comissão da CPI, não é isso, Sônia?

**A SRª SÔNIA MARIA ZERINO SILVA** – Da CIPA.

**A SRª JUSSARA SILVA LOPES** – Da CIPA, que existe dentro do setor de trabalho, que essa comissão desenvolva juntamente com a empresa trabalhos que dêem melhores condições ao trabalhador.

E nós, da CGTB, deixamos aqui todo o nosso agradecimento e que tenhamos um bom dia e um bom trabalho daqui por diante.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, cara Jussara.

A Jussara Silva Lopes, que acabou de falar, é 1ª Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Geral dos Trabalhadores, agradeço. Todo esse tema que está sendo discutido é para facilitar o trabalho da Relatoria em torno do Projeto de Lei do Senador Inácio Arruda, que estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano cujo Relator é o Senador Inácio Arruda, que é do PCdoB, do Estado do Ceará.

Agora, então, temos como primeiro orador inscrito, o Senador Jayme Campos, que é o Relator dessa matéria relacionada à questão dos direitos da mulher, não só na área urbana, como também na área rural.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Srª Presidenta e Srªs convidadas aqui, primeiro, quero cumprimentar e louvar a iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann de convocar esta audiência pública, segundo, parabenizar o autor do projeto, que é o Senador Inácio Arruda, pelo fato de o projeto ser altamente meritório. De tal maneira que esta audiência pública vai permitir instruímos, naturalmente, o nosso arrendatário de forma democrática e, acima de tudo, que permitamos que a mulher ganhe mais em seus direitos e igualdades.

Vivemos num país que já avançou muito em relação às mulheres, na medida em que as conquistas que houve nos últimos tempos, eu,





particularmente, acho que foram conquistas merecidas de muito tempo, republicana, histórica também, e, agora, neste caso, particularmente, quando o Senador Inácio propõe um projeto, vou procurar ser o mais zeloso, o mais cuidadoso e, acima de tudo, oferecer mais conquista e avanço.

De modo que quero, não só como membro desta Comissão e Relator desta matéria, dizer a vocês, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que esta matéria ainda vai tramitar por mais duas Comissões: da Agricultura irá para a Comissão de Assuntos Sociais e para a CDH, Comissão de Direitos Humanos, que é presidida pelo ilustre Senador Paulo Paim. Quero reafirmar, aqui, o meu compromisso, sobretudo de fazer um relatório que permita não só discutir da forma mais democrática, mais transparente, mas, acima de tudo, que atenda, naturalmente se houver alguma demanda reprimida em relação a avanços para as mulheres brasileiras. Particularmente, podem contar comigo. Eu tenho certeza absoluta de que é mais do que a minha obrigação em um país hoje em que temos 51%, eu imagino, da população brasileira de mulheres – em Mato Grosso, são 52%. Em Mato Grosso, são 52%, de mulheres! Em âmbito nacional, confesso que não sei os números. Cinquenta e um, não é?

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia.Bloco/PP – RS) – A média nacional.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – A média de 51%, últimos dados estatísticos do IBGE. É isso, não é?

Então, acho que é um projeto meritório. O Senador Inácio Arruda, podemos dizer que é louvável a sua iniciativa. Agora, como a senhora estava dizendo, Drª Sônia, a senhora afirmou que temos, de forma mais concreta, de melhorar essa igualdade. Eu concordo em gênero, número e grau. Entretanto, eu gostaria, se possível, que a senhora colocasse de forma formal, que encaminhasse à nossa comissão ou ao meu gabinete o que a senhora realmente entende que seria melhor para aperfeiçoar o projeto em termos do que hoje foi proposto pelo Senador Inácio. Isso vai contribuir, naturalmente, com o meu relatório, que pretendo fazer de forma mais zelosa e mais oportuna em relação a essa matéria.

Se você puder encaminhar depois, eu ficaria muito grato.

**A SRª SÔNIA MARIA ZERINO SILVA** – Vou fazer, sim, esse encaminhamento para o senhor. Nós vamos conversar com as demais companheiras das centrais e, nesse entendimento que a gente tem trabalhado no Fórum de Mulheres das Centrais, nós vamos fazer, sim, pedindo a inclusão da Cipi, como eu disse ao senhor, que é a Comissão Interna de Promoção da Igualdade, cujo objetivo é promover a igualdade de sexo e o combate às práticas e políticas discriminatórias nas relações e no ambiente de trabalho rural e urbano, conforme regulamento. Aí nós descreveríamos para o senhor, para eu não ser repetitiva, porque o senhor vai ter acesso à leitura.



E o Cerad seria o seguinte: “fica instituído o Cadastro de Empregadores Responsáveis por Atos Discriminatórios, no âmbito do Ministério do Trabalho e do Emprego e da SPM, que o regulamentará em trinta dias após a edição da presente lei”. Aí também, no relatório, eu vou colocar como é constituída a Cipi e o Cerad. Isso aí é muito importante e está fora, o que, acho, complementaria esse projeto para que ficasse bem mais consistente.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia.Bloco/PP – RS) – Peço licença ao Senador Jayme Campos e à Sônia para apenas engatar nesse tema. Eu gostaria de saber – vamos pegar só os nossos parceiros do Mercosul, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, três países que integram o Mercosul – se nesses três países existe esse tipo de regulamentação e, dentro das empresas, uma comissão com essa finalidade.

**A SRª SÔNIA MARIA ZERINO SILVA** – Eu não sei, eu não tenho esta resposta agora para a senhora, mas eu acredito que possa até haver, porque esse projeto, em princípio, quando nós discutimos e foi implementado o primeiro projeto, em que estava instituída a Cipi e o Cerad e depois foi enxugado e foi retirada a Cipi e o Cerad, foi um projeto feito de parceria com a SPM – Secretaria de Políticas públicas para as Mulheres, na outra gestão da Ministra Nilcéa Freire. Então, eu acredito que, com as informações e com o conhecimento que ela tem com relação aos países do Mercosul, com certeza deve haver algum desses países do Mercosul que já adotam essa prática, porque foi construído, junto com o Dieese, as Centrais Sindicais e a Secretaria de políticas Públicas. Inclusive, também, era um grupo tripartite que também tinha o setor patronal.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia.Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Estou satisfeito, até porque imagino que há outros Senadores que queiram fazer a sua participação.

Cumprimento vocês e podem ter certeza de que o relatório vai ser o mais possível zeloso em defesa da mulher brasileira.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia.Bloco/PP – RS) – Sempre defensor da mulher, o Relator desse projeto importante aí para as mulheres.

Está inscrito também o Senador Blairo Maggi.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) – Cumprimento a Presidente Senadora Ana Amélia e também os nossos convidados aqui, na Comissão de Agricultura.

Eu só fiquei em dúvida, Presidente, estava lendo o projeto, por que esse projeto está passando pela Comissão de Agricultura.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia.Bloco/PP – RS) – Por causa da trabalhadora rural eu imagino.



**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) – Sim, mas não há nenhuma citação aqui específica de nenhum tipo de trabalho. É um projeto bem genérico, praticamente de conduta do empregador.

Então, eu só queria fazer essa observação. É claro, a Senadora Gleisi não está aqui para...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia.Bloco/PP – RS) – Nem o autor do projeto também.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) –... que é a autora do projeto.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia.Bloco/PP – RS) – Não, a Senadora é autora da audiência pública.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) – Da audiência pública.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia.Bloco/PP – RS) – E o Senador Inácio Arruda é que é o autor do projeto.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (PR – MT) – Então, só fico na dúvida de por que ele passou aqui pela Comissão de Agricultura. Acho que esse é um assunto bem lá do Comissão do Senador Jayme, de Assuntos Econômicos e de Direitos Humanos, que chegou até aqui e vai ser feito o relatório. Mas acho que a Comissão...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia.Bloco/PP – RS) – A distribuição, Senador Blairo Maggi, para o seu esclarecimento, é da Presidência do Senado. Então, ela distribuiu entendendo que, devido a ali estar escrito área urbana e rural, seria pertinente o exame também por esta Comissão.

Mas como V. Exª diz, eu também olhei todo o projeto do Senador e parece que está genérico do ponto de vista de uma abordagem mais geral sobre o tratamento, mais à condição da mulher propriamente, em específico por causa das atividades. Hoje as atividades são distintas. Então, deveria haver até, sobre isso, um tratamento diferenciado, mas é claro que o que se está buscando agora é uma política geral no âmbito do trabalho para evitar as desigualdades de remuneração, de tratamento e de empoderamento das mulheres.

Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

Senador Mozarildo Cavalcanti.

Não se inscreveu?

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Eu queria só acrescentar aí – permite-me, Srª Presidente Ana Amélia? – que eu acho que nós teríamos de fazer uma nova audiência em conjunto, a CDH e a CAS, porque eu acho, particularmente, fazendo um adendo às palavras do Senador (?), o motivo e a razão por que ele chegou a esta Comissão foi pela área rural. Todavia, o que eu acho ideal seria a CAS e a CDH, pela questão dos direitos humanos e a questão social. Particularmente, na Comissão de Assuntos Sociais, as matérias tramitam por lá e na CDH pela questão dos direitos humanos, pela questão de igualdade e assim por diante.



Então, eu imagino que vai ser até possível nós realizarmos uma audiência pública em conjunto, da CAS e CDH, para, se for o caso, termos um relatório final conjunto, das duas Comissões, para acelerar o processo.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia.Bloco/PP – RS) – A CDH, Senador Jayme Campos, informa-me a assessoria, será terminativa.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Ótimo.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia.Bloco/PP – RS) – Mas eu acredito que, previamente ao exame terminativo da matéria, seria extremamente valiosa a audiência pública conjunta, antes de ir para a votação do relatório. Então, seria extremamente...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Exato. Eventualmente, para que haja mais celeridade no andamento do projeto, nós fazemos apenas uma audiência, se for o caso, entre CDH e CAS. Feito isso, que essa matéria já fosse em caráter terminativo na CDH e já aprovaria, porque, nesse caso, quando se aprova em caráter terminativo na Comissão, não é preciso ir ao plenário da Casa. Isso daria mais velocidade ao projeto.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia.Bloco/PP – RS) – Aliás, foi esse, digamos, o recado e a grande reivindicação que tanto a Maria Auxiliadora, a Ailma Maria, a Jussara e a Sônia fizeram, que é um apelo aos Senadores e Senadoras para que dêem atenção, com prioridade, a esse tema tão importante, que trata das relações de trabalho, especialmente do empoderamento.

Pode, por favor... O Senador Jayme Campos é o Relator.

**A SRª SÔNIA MARIA ZERINO SILVA** – Senador Jayme Campos, deixe-me só fazer mais um adendo aqui: quando eu falei, com relação às mulheres rurais, da questão da desigualdade de gênero também com as mulheres rurais, é porque há também uma força de trabalho muito grande, uma desigualdade de gênero muito grande também quanto às mulheres rurais. Onde se fala aqui que os dados apontam que aproximadamente 43% da força de trabalho agrícola, nos países em desenvolvimento, são produzidos, que as mulheres produzem mais do que os homens. Elas produzem mais e as estatísticas apontam que menos, não por falta de capacidade, mas pela dificuldade de informações e dos produtos agrícolas. Então, eu acho que está faltando também a gente, talvez até no relatório a gente possa subsidiar alguma coisa com relação a essa demanda das mulheres rurais.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia.Bloco/PP – RS) – É importante também porque, Sônia, em alguns programas que o Governo tem, independentemente desse projeto, na transversalidade com o Ministério que defende as mulheres e como já aconteceu no Pronaf, no acesso ao crédito do Pronaf, que é para a agricultura familiar, a titular do crédito é a mulher. Já foi um avanço em relação à área rural.

**A SRª SÔNIA MARIA ZERINO SILVA** – No título da terra também.



**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia.Bloco/PP – RS) – No título da terra também. E isso é uma forma objetiva e clara de empoderamento e de tratamento igualitário das mulheres.

Eu queria agradecer muito em nome do Presidente da nossa Comissão, Senador Acir Gurgacz, que já está em missão a Porto Alegre para a nossa audiência pública, que será feita amanhã, para discutir o Código Florestal na Expointer, no Parque de Exposições Assis Brasil, com transmissão do Canal Rural direto para a TV Senado. Estou aproveitando novamente para convidar todos os que acompanham esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para essa sessão que discutirá, na Expointer, o Código Florestal, que está em tramitação aqui, no Senado Federal.

A audiência a que acabamos de assistir hoje teve o objetivo, por um requerimento da Senadora Gleisi Hoffmann, agora Ministra-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, de instruir a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011, que estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano, de autoria do Senador Inácio Arruda, com a presença das convidadas Maria Auxiliadora dos Santos, que representou aqui a Força Sindical; Ailma Maria de Oliveira, que representou a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Sônia Maria Zerino Silva, Diretora para Assuntos da Mulher e da Juventude da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, e Jussara Silva, que é da CGTB, a nossa baiana que veio aqui também dar uma contribuição valiosa sobre esse tema.

A todas elas, renovo os agradecimentos, em nome do Presidente, Senador Acir Gurgacz, e dou por encerrada esta reunião, que teve o objetivo concluído, diante do prosseguimento de uma nova audiência pública sugerida pelo Relator, Senador Jayme Campos, conjunta entre a Comissão de Assuntos Sociais, presidida por ele, e a Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Paulo Paim.

A todos muito obrigada e...

Senador, estou encerrando a reunião, Senador Suplicy, mas, se V. Exª quiser fazer alguma manifestação, reabro a reunião para atender a manifestação de V. Exª, sempre brilhante.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Prezada Presidente Senadora Ana Amélia, eu acompanhei boa parte da exposição das Srªs Maria Auxiliadora dos Santos, Ailma Maria de Oliveira, Sônia Maria Zerino Silva e Joana Silva Lopes...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia.Bloco/PP – RS) – Jussara.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Perdão, Jussara, e avalio como muito importante a contribuição das representantes das centrais sindicais. Ouvi o apelo de V. Exª, mas eu estava, ao mesmo tempo, fazendo outra tarefa que era essencial para o dia de hoje.



**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia.Bloco/PP – RS) – As mulheres o entendem porque elas estão sempre fazendo dupla tarefa, Senador! Elas o entendem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Exato.

Mas eu avaliei como importante aqui pelo menos trazer uma palavra porque, no debate relativo à maior liberdade do ser humano, e sobretudo das mulheres, há um número crescente de mulheres, como, por exemplo, no livro *What's Wrong with a Free Lunch?*, editado pelo Prof. Felipe van Paris, há diversas mulheres que colocam que, no dia em que for instituído uma renda básica de cidadania, haverá enorme avanço para a liberdade das mulheres.

Então, eu gostaria de transmitir às centrais sindicais, sobretudo pela sua representação feminina, como me coloco à disposição. É importante que possam as centrais sindicais saber que já é lei no Brasil, aprovada por consenso em 2002 no Senado e em 2003 na Câmara, foi encaminhada à apreciação do Presidente Lula para sancioná-la. E a lei que institui a Renda Básica de Cidadania diz que ela será instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como faz o Bolsa Família, até que um dia se torne universal o direito de toda e qualquer pessoa, não importando sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica, de todos partilharmos a riqueza da Nação por meio de uma renda que será suficiente para atender às necessidades vitais de cada um.

Só para ilustrar, por exemplo, o que isso pode significar aos jovens, em todas as regiões do Brasil, no meio rural, no meio urbano, por falta de alternativas de sobrevivência para eles próprios e para os seus entes queridos, filhos e filhas, permitam-me relatar um pequeno episódio. Outro dia fui visitar uma favela no centro de São Paulo, nos Campos Elísios, a chamada favela do Moinho. Ao ingressar naquilo que era a estrutura do antigo Moinho Matarazzo, aquela estrutura, um antigo edifício, estava ocupada por 270 famílias. E a comunidade foi me levando para ver, Entrei num quarto, depois em outro, e havia um espaço, como se fosse uma antiga sala de escritório, onde havia pelo menos seis camas, sofás, e uma senhora mais velha falou: desculpe, a minha filha mais velha trabalhou de noite e então agora ela está dormindo. Estava ao lado de três outras crianças, dentre as quais um bebê, filho daquela moça de 16 anos. Ela acordou por volta de meio dia e eu lhe perguntei: qual é o seu trabalho? O que você fez? Ela falou: trabalhei a noite inteira. Onde? Na Rua Aurora. Que idade você tem? Dezesseis. Uma moça bonita. E o que você faz? Sou profissional do sexo.

Fiquei pensando, mais uma vez, que se houvesse uma Renda Básica de Cidadania para aquela jovem, para as crianças e para a sua mãe e assim por diante, essa pessoa pelo menos iria ganhar o grau de liberdade para pode dizer: agora não preciso necessariamente fazer isso. Quem sabe eu tenho tempo primeiro para cuidar de minhas crianças e quem sabe fazer até um curso



profissional nas horas que puder. Que possa me preparar para que eu tenha maior liberdade de escolha para poder decidir.

Vim aqui para transmitir isso e me colocar à disposição das centrais sindicais. Com o mesmo propósito que trouxeram-nas aqui hoje relativamente a pensar no projeto da Senadora Gleise Hoffmann, que tem tantos méritos, mas como são objetivos comuns, eu gostaria de deixar para as quatro expositoras a palestra em direção à Renda Básica de Cidadania e a história feliz em quadrinhos que o Zivaldo fez para expor didaticamente quais serão as vantagens da Renda Básica de Cidadania. Era isso que eu gostaria de transmitir, prezada Presidenta Senadora Ana Amélia.

**A PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Eduardo Suplicy, eu reabri a reunião, que estava sendo encerrada, em homenagem ao seu esforço, a sua coragem sacerdotal e a sua obstinação em um tema crucial que é a questão da renda e das questões sociais do Brasil. Não só com esse olhar que o senhor tem, mas tenho a convicção de que as representantes das centrais sindicais, aqui, apóiam integralmente a sua preocupação com esse tema, até porque o senhor é – eu diria – um feminista notável e notório. Nós todas, mulheres, ficamos gratas por receber de V. Ex<sup>a</sup> essa valiosa contribuição, a despeito de aqui sabermos, como disse a Sônia, que a mulher tem agregado, além de suas atividades profissionais, mais 29 horas de trabalho doméstico.

Lamentavelmente, a cultura, no Brasil, ainda não é de o homem compartilhar com as mulheres essas atividades, o que atenuaria o desgaste físico e mental das mulheres também em todos os sentidos. Ela tem que se desdobrar na atividade profissional fora de casa e quando chega dentro de casa, também suporta mais esses trabalhos domésticos. Então, essa mentalidade que temos no Brasil precisa ser também alterada, mudada, com o comportamento dos nossos companheiros mais solidário com o sofrimento e os afazeres domésticos. Não há dúvida sobre isso.

Então, agradeço ao Senador Suplicy pela valiosa colaboração e o cumprimento, em nome das nossas líderes dos movimentos das centrais sindicais, pela sua contribuição, desejando que o senhor continue firme nessa luta.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu renovo os agradecimentos a todos os expositores e agora, sim, dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

*(Iniciada às 8 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 39 minutos.)*